

**III ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, MEMÓRIA, ORALIDADE  
E CULTURA**

**SEMINÁRIO TEMÁTICO: Mundos do Trabalho: Classe, Cultura e Trabalho na  
História**

**Mariana Guimarães de Souza**

Graduada em Serviço Social pela FAN. Especialista em Docência do Ensino Superior  
pela Anhanguera. Endereço eletrônico [mariana-ssocial@hotmail.com](mailto:mariana-ssocial@hotmail.com)

# O trabalho do Assistente Social no âmbito da educação básica<sup>1</sup>

Mariana Guimarães de Souza

Graduada em Serviço Social/FAN  
Especialista em Docência do Ensino Superior/Anhanguera

## Resumo

O presente estudo tem como objetivo discutir a função do assistente social no âmbito da educação básica, questionando assim como se dá a sua formação profissional e atuação junto as instituições de educação básica, visto que, a intervenção do Assistente social nos espaços educacionais propõe promover ações interdisciplinares, às quais visam garantir a efetivação de uma educação qualificada e emancipatória para toda população, para com isso contribuir com o ingresso, regresso e permanência de alunos nas instituições educativas, bem como, atuar com todos os membros da comunidade escolar, utilizando-se de ferramentas que possibilite mobilizar um processo reflexivo da vida em sociedade.

**Palavras Chave:** Trabalho; Serviço Social; Educação

## Abstract

The purpose of this study is to discuss the role of the social worker in basic education, thus questioning the professional training and performance of basic education institutions, since the intervention of the social worker in educational spaces proposes to promote actions Interdisciplinary, with the aim of ensuring the implementation of a qualified and emancipatory education for all population, in order to contribute to the entry, return and permanence of students in educational institutions, as well as to work with all members of the school community, using Of tools that make it possible to mobilize a reflexive process of life in society.

**Keywords:** Work; Social Service; Education

## Introdução

A inserção do Assistente Social na educação é um tema debatido e explorado na atualidade por se tratar de um espaço que apresenta as variadas formas de expressões da questão social. Intervindo com o seu trabalho nessas expressões o assistente social juntamente com equipe educacional da escola, podem desenvolver ações e atividades sócio educativas, a fim de fortalecer os trabalhos individuais e em grupos, e assim contribuir com o ingresso, regresso e permanência de alunos nas instituições educativas,

Com isso, a inserção do Assistente Social na área de educação não é uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, e sim uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação as estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais da políticas sociais. (ALMEIDA 2000).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no III Encontro Internacional de História, Memória, Oralidade e cultura - realizado entre os dias 29 de novembro a 02 de dezembro de 2016, em Fortaleza, CE, Brasil.

Compreendendo que, o Assistente Social, por meio de sua dimensão educativa, tem um eminente envolvimento com os processos sociais em curso, com vistas a uma nova preeminência da política educacional e sua institucionalização. São lutas voltadas ao combate ao analfabetismo, a educação gratuita e de qualidade enquanto uma política pública universal. A dimensão educativa do profissional de Serviço Social já é manifestada em outras áreas, como a Assistência Social, Saúde, Habitação, entre outras que culmina para a participação social com vistas no fortalecimento das mesmas (GONÇALVES, 2008).

Acredita-se que nessa tarefa da educação como responsabilidade do Estado, das instituições escolares e da sociedade em geral, insere-se o pensamento e a ação interdisciplinar ressaltando-se o compromisso fundamental do trabalhador social, ou seja, do assistente social nesse trabalho. Assim, o trabalho do Serviço Social na educação pode oferecer elementos importantes na construção do conhecimento emancipatório e de cidadania, além de contribuir para com reflexões sobre a realidade do Brasil e suas políticas públicas dentro do espaço escolar.

Nesse sentido, há uma necessidade de questionar os rumos em que o campo teórico e prático do Serviço Social vem se posicionado na sociedade. Pensar como tal formação dialoga com a hegemonia do capital financeiro, da mercantilização da vida cultural e social e da financeirização universitária, oriunda das transformações econômica, política, social, tecnológica e cultural no âmbito globalizado.

Desse modo, as obras aqui referenciadas busca discutir a formação do bacharel em Serviço Social, pensando em uma formação voltada para atender as necessidades da educação básica, no que diz respeito ao apoio dos alunos, sua permanência, especificamente nos períodos de obrigatoriedade da criança e adolescentes na escola, portanto, pensar no que denominamos a prática do assistente social na educação é o mesmo que questionar como esses sujeitos são preparados para atuarem nesta área profissional.

### **A formação do assistente social**

O capital provocou uma transformação nos cursos de Serviço Social o que levou as entidades representativas da categoria a questionar as Diretrizes Gerais deste curso. Neste sentido houve um questionamento a respeito da possibilidade de desenvolver uma metodologia de aprendizagem que, “associadas a fundamentação teórica municiem os

futuros profissionais a instrumentais que permitam a operacionalização e gestão das políticas sociais” (GUELLE, 2012, p. 16) associadas as demandas institucionais dentro da ótica neoliberal e agudizada pelas expressões da questão social, objeto de intervenção do serviço Social.

Além dos questionamentos sobre as prerrogativas teóricas e práticas provenientes da formação em Serviço Social para inserção no ensino básico, destaca-se a Política de Educação no Brasil em relação as características desiguais oriundas do seio da sociedade capitalista cujo procedimento de trabalho dos profissionais de Serviço Social buscam intervir, oportunizando o acesso à educação por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (MARTINS, 2012). Para Almeida (2005) a Política de Educação é concebida como uma expressão social, pois representa o resultado das lutas travadas pelos movimentos sociais a partir dos anos 1980, tendo como resultado o que se estabelece na Constituição Federal do Brasil de 1988, no reconhecimento da educação pública como direito social assegurado pelas instâncias governamentais nas esferas federal, estadual, distrito federal e município.

Na perspectiva de exclusão da educação torna-se imprescindível desenvolver estratégias para a elevação cultural das massas (GRAMSCI, 2006). Não uma cultura aquisição de conhecimentos, mas de elaboração e posicionamento crítico diante da história, para que os sujeitos consigam “compreender o seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres” (GRAMSCI, 2006, p. 24).

Por sua vez, sendo a educação um instrumento social, ela pode desenvolver possibilidades para a reprodução da ideologia dominante ou para a construção de uma cultura contra hegemônica que “instrumentalizará o homem para se opor as diferentes formas de opressão e alienação próprias da sociedade capitalista” (MARTINS, 2012, p. 35).

Deste modo, observa-se a importância da inserção do Serviço Social no campo da educação uma vez que esta profissão está intrinsecamente interligada aos processos históricos e as transformações sociais estabelecidas pelas contradições dos meios de produção capitalista, em que sua prática intervém na produção e reprodução da vida social (IAMAMOTO, 2001).

Portanto, a intervenção do Assistente social nos espaços educacionais propõe promover ações interdisciplinares, às quais visam garantir a efetivação de uma educação qualificada e emancipatória nos diferentes níveis de ensino e, para além disso, contribuir com a permanência de alunos nas instituições educativas, bem como, atuar com todos os

membros da comunidade escolar, utilizando-se de ferramentas que possibilite mobilizar um processo reflexivo da vida em sociedade (MARTINS, 2012).

Cabe destacar que a concepção de educação envolve diversos espaços como o próprio sujeito, a família, a política, as organizações de cultura e dentre elas a escola, sendo a educação um processo social que faz parte de vivências da sociedade civil e protagonizada pelos sujeitos. Também, aparece como um estratégico setor do Estado capitalizado para manter o controle sobre a sociedade (GRAMSCI, 1999), um instrumento de coerção ideológica para difusão da cultura hegemônica burguesa, o qual utiliza a escola para a formação desses valores.

A escola possui um papel ativo ao definir seu currículo, seus métodos de ensino e suas formas de avaliação em um processo social de reprodução das desigualdades sociais, e mais do que isso, legitimar o papel dessas desigualdades ao dissimular as bases sociais destas, convertendo-as em diferenças acadêmicas e cognitivas relacionadas aos méritos e dons individuais (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Para melhor refletir a respeito da Política de Educação no Brasil, faz-se necessário contextualizar como se constituiu os processos de formação histórica que determinaram o atual estágio de desenvolvimento social do país, já que este foi constituído, segundo Bull (2010), por três envergaduras fundamentais, a saber: o sentido colonial, o peso do trabalho escravo e as peculiaridades do desenvolvimento desigual no processo de expansão industrial.

O desenvolvimento do Brasil foi marcado por interesses internacionais, os quais produziram e ainda produzem para atender as necessidades de consumidores externos, fazendo com que se pactue o favorecimento de uma economia dependente e subsidiária (BULL, 2010). O mercado voltado para o comércio externo legitima e perpetua um sistema econômico desigual e excludente.

O Brasil foi construído ao longo do tempo por uma sucessão de eventos cíclicos, sendo assim o sentido dado a colonização perpassa períodos e permeiam até os dias atuais:

O Brasil permanece sendo colonizado, apenas o que mudou foi o nome de seu colonizador. Um século depois da abolição subsistem heranças das formas culturais e das de sociabilidade produzidas com o escravismo. E tudo isso está atravessado por um desenvolvimento desigual e combinado (IANNI, 1992, p. 63).

Sendo assim, pode-se afirmar que a sociedade brasileira preserva traços de uma cultura senhorial, fortemente caracterizada por uma estrutura hierárquica e verticalizada

pelas relações sociais de mando e obediência, do não reconhecimento dos sujeitos sociais como cidadãos de direito, de modo que,

A divisão das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração da discriminação e da dominação e desta forma imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que as constituem (CHAUÍ, 2007, p. 89-90).

A educação atual foi constituída a partir de uma sociedade que reproduz uma estrutura cultural dominante e foi justamente no período de expansão industrial no anos de 1940 que começou a se pensar em educação no Brasil voltada para as classes subalternas. Porém está tinha o propósito de desenvolver apenas ensino técnico, já que o contexto econômico e político do Brasil que passava de agroexportador para industrial carecia de profissionais capacitados para sua inserção nos processos produtivos (BEZERRA, 2009).

A educação primária já era um direito reconhecido no Brasil pela Constituição Federal de 1924, a qual estabelecia que todos os cidadãos tinham o direito a educação primária. Todavia, com relação ao direito a educação nesse período Oliveira (1995, p. 67) enfatiza que,

Numa sociedade em que a maioria da população é constituída por escravos, a concessão da restrição do direito a educação se dará pela definição da cidadania. Tratava-se ainda de um preceito apenas formal, porquanto havia o domínio da igreja católica sobre o sistema educacional que era destinado em geral a formação dos seus próprios quadros e da elite.

Nos dias atuais a educação assume um papel de destaque no cenário das políticas sociais brasileiras, sobretudo na década de 1990. Porém, foi através do cenário político da década de 1980 que fomentou a questão da política educacional no país, já que esse período foi palco de uma intensa mobilização social que marcou o fim da ditadura militar do Brasil, o que resultou a inscrição da educação como direito social na Constituição Federal de 1988 (MARTINS, 2007).

A década de 90 se caracteriza pela mobilização da ampliação da Política de Educação, esse período também foi marcado pelo pensamento neoliberal que, por sua vez, culminou na formação dos pressupostos da educação brasileira, a qual se destacou como um campo privilegiado para os processos de reestruturação produtiva (BULL, 2010).

Em detrimento desse processo produtivo a educação passa a ser prioridade no cenário internacional, o qual busca responder a necessidade de qualificação do trabalho nos países dependentes. Igualmente vincula-os ao mundo globalizado e a partir do século XXI “vários eventos mundiais reforçam a posição estratégica da educação” (MARTINS, 2007, p. 84).

Neste contexto a Constituição Federal de 1988 regulamenta a reforma na educação brasileira. E posteriormente em 1996 cria-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9324/96 estabelecendo os princípios norteadores para a educação nacional em todos níveis. Entretanto os artigos regulamentadores da LDB,

Não estão todos regulamentados, continuam sendo um instrumento de disputas entre projetos diferenciados, ou seja, a intensão do governo em adequar a educação nacional as exigências dos organismos internacionais, e do outro, os movimentos sociais, estudantis, populares e os sindicatos, que defendem a educação pública, gratuita e de qualidade social (MARTINS, 2007, P.84).

Bull (2010) diferente de Martins destaca que os dispositivos legais trouxeram avanços significativos na área da educação, como:

a garantia da universalidade, com iguais condições de acesso e permanência, obrigatoriedade do ensino fundamental para todos, inclusive para os que não tiveram acesso em idade própria na idade própria, o atendimento especializado de pessoas com deficiência sendo realizado preferencialmente na rede regular de ensino, os programas suplementares de atendimento ao aluno através de material didático, transporte, alimentação, e assistência à saúde, a garantia dos padrões de qualidade e gestão democrática das escolas tiveram um papel fundamental no atual modelo de ensino do país (BULL, 2010, p. 57).

Martins (2007), no entanto, sugere que tais avanços não devem ser dissociados do contexto movimentos sociais, estudantis, populares e os sindicatos e, portanto, precisam ser analisados dentro dessas experiências. Aponta, igualmente para os embates políticos para a pactuação da LDB, sendo que luta dos educadores para a efetivação da política de educação com posicionamentos críticos marca a flexibilidade da lei (sentido local, regional e cultural) o que deu autonomia as escolas.

Contrapondo ao pensamento anterior Sousa (2010) adverte que a LDB apresenta lacuna para a inserção escolar na comunidade. Intervenção de integração entre aluno, a escola e sociedade, o que seguramente acumulará forças para maior participação social do país.

Neste contexto de mudança na educação insere-se a formação curricular do Serviço Social que também segue atrelada as mudanças econômicas, políticas e sociais (FALEIROS, 2000).

De igual modo, o surgimento do Serviço Social fez-se presente no Brasil num contexto de transição produtiva de agroexportador para urbano-industrial desencadeado na década de 30, diante de um governo centralizador e controlador, juntamente com as articulações políticas da Igreja, que com o aumento da expansão do capitalismo monopolista aumentou-se “as contradições fundadas na (re)produção e apropriação da riqueza socialmente produzida, a chamada questão social” (GONÇALVES, 2012, p. 104).

Com o aumento das expressões da questão social, fundou-se em São Paulo, por voluntárias católicas, o Centro de Estudo e Ação Social, que se configurou como o primeiro passo para a formação da primeira escola de Serviço Social. Nesse quadro fértil, em 1936, cria-se a primeira escola de Serviço Social com referência no pensamento de ações sociais da igreja católica. Dessa forma, o Serviço Social, surge com as articulações doutrinárias da igreja.

Na relação com a Igreja católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos políticos/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador [...] na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da igreja face à questão social (YASBEK, 2000, p. 3).

Portanto, com relação a formação curricular do Serviço Social, em 1930, se concebia um currículo fragmentado, com direcionamento cristão, cujo objeto de trabalho se baseava na mudança de comportamento das famílias quanto as condições higiênicas, morais, e de ordem social (FALEIROS, 2000).

Já nos anos 40 e 50 o trabalho centrava-se na integração das famílias com as instituições sociais. Na década de 60 o currículo voltava-se para o desenvolvimento e planejamento de comunidade para solucionar problemas individuais. Na década de 70, debatia-se o planejamento social enfatizando a luta de classes. Já na década de 80 o currículo estava centrado na crítica do sistema econômico capitalista e a partir da década de 90 o currículo volta-se para análise da questão social (FALEIROS, 2000).

Assim, a revisão curricular realizada a partir de 1990 busca redefinir o Projeto Profissional a qual a ABEPSS/CEDEPSS (1996, p. 7), refletem discorrendo que:

Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela

reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais.

Com relação a isso, Souza (2008) aponta que sendo a questão social o objeto da profissão do/a Assistente Social, são definidas novas diretrizes para capacitarem os profissionais a projetar na sua prática “os princípios de cidadania, democracia e participação política: saber compreender e enfrentar as demandas tradicionais e emergentes” (SOUZA, 2008, p. 83).

Desse modo, o Serviço Social marca o seu caráter político e identifica alternativas que visam aproximar-se dos interesses da classe trabalhadora, para a qual direciona sua intervenção e é a partir destas configurações que reconhece-se como trabalhador e buscam a construção de projetos profissionais que:

Apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais (NETTO, 1999, p.95).

Assim, o projeto profissional é formulado, voltando-se para um projeto coletivo, construído por sua vez, pelos atores que compõem a categoria profissional, o que é essencial para o fortalecimento e o reconhecimento do projeto profissional, pois isso fortalece a categoria, e desenvolve uma base consistente para que esteja amplamente organizada (COSTA, 2015).

Nesse processo é que os princípios do Código de Ética da profissão expressam e legitimam o Projeto Ético-Político como “um conjunto de direitos, deveres e valores comuns ao conjunto dos/as Assistentes Sociais”, sendo cumprido a partir da “caracterização dada nas posições teóricas, políticas e ideológicas que assume” (COSTA, 2015, P. 49). Portanto, o Projeto Ético-Político se expressa através da Lei de Regulamentação, pelo o Código de Ética (CE), e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Em relação à materialização do Projeto Ético-Político na intervenção profissional, Faleiros (2011) destaca que este deve ser efetivado pautado na compreensão de um trabalho profissional direcionado para o enfrentamento das expressões da questão social, com a perspectiva de desenvolver estratégias de resistência ao capitalismo com traços neoliberalista. Nesse sentido, é de grande importância que os profissionais identifiquem

os limites e potencialidades para a atuar com perspectiva emancipatória e democrática, e que contribua para fortalecimento do projeto societário.

Dessa forma, as expressões da desigualdade social como, a pobreza, a discriminação, a vulnerabilidade social, a fragmentação da organização coletiva, entre outros, são características e necessárias para a perpetuação do sistema capitalista, ligadas pela relação entre capital e trabalho (COSTA, 2015, p. 51).

Segundo Santana, (2000, p. 75), essa realidade envolvem todo o cotidiano do trabalhador como “os direitos, a educação, o lazer, a vida privada de maneira geral, o que permanece, no entanto, é o modelo societário sob o qual essas modificações ocorrem o capitalismo”.

Desse modo, o currículo profissional dessa profissão exige uma boa fundamentação a respeito da realidade social, é por isso, destaca Martins (2008), que as Diretrizes curriculares desse curso tem como propósito capacitar profissionais nas dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo. Em linhas gerais essa autora destaca que o plano é formar profissionais habilitados a apreender o significado social da profissão frente as múltiplas expressões da sociedade, especificamente na área de educação (MARTINS, 2008, p. 83). Destarte, o seu significado está inscrito no conjunto de práticas sociais que é acionada pelas “classes sociais e mediado pelo Estado, em fase das sequelas da questão social, em um dado momento da afirmação do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (MARTINS, 2012, p. 2).

Com isso, o Serviço Social historicamente marcou seu espaço sócio-ocupacional junto as políticas sociais do Estado, como foi o caso da sua inserção na Política de Educação. Essa inserção segundo o caderno de Subsídio para o Debate do Serviço Social na Educação (BRASIL, 2011) ocorreu, em 90, em consonância com o amadurecimento do projeto ético profissional, crescendo consideravelmente a presença do Serviço Social na educação (BRASIL, 2011).

De acordo a tal caderno, a referência desse acontecimento se consolidou com “o crescente número de trabalhos inscritos nos congressos brasileiros de assistentes sociais” (BRASIL, 2011, p. 5), cujo objetivo era de problematizar a função social da escola, a educação como um direito social, a contribuição do Serviço Social para a garantia de direito a educação, entre outras questões que despertam essa categoria para atuarem na área da educação (BRASIL, 2011).

## **O trabalho do/a assistente social na educação**

O/a assistente social na educação atua na perspectiva de emancipar os sujeitos inseridos nesses espaços institucional, tendo o desafio de fortalecer os “processos de luta, de articulação de forças, no sentido de ampliar cada vez mais a incorporação de vastos segmentos e de suas necessidades nas políticas estatais” (ABREU, 2002, P. 218).

O/a assistente social no contexto educacional necessita de uma nova identidade, caracterizando-se, portanto, como um profissional que não apenas desenvolve trabalhos prestando atendimento a família, mas segundo Souza (2008) que seja compreendido como um profissional que possui uma identidade específica, não apenas pela sua formação no campo das ciências, humanas e sociais, mas por obter, um traço político, questionador, ser agente de mobilização, de transformação; um espaço de representação política, social da profissão; “uma formação que possibilite decifrar a realidade e fazer mediações profissionais e institucionais necessárias para garantir o seu exercício profissional” (SOUZA, 2008, p. 119-120).

Sendo assim, a intervenção do Serviço Social no âmbito da Política de Educação independentemente do nível de graduação, tem por objetivo de acordo com Martins (2012, p. 45), “contribuir para o ingresso, regresso, permanência, e sucesso das crianças e adolescentes na escola”.

Além disso, o/a assistente social na educação, pode atuar com os membros que compõem a comunidade escolar, tendo “a possibilidade de mobilizar um processo reflexivo que envolve a percepção objetiva da vida social” (MARTINS, 2012, p. 45), bem como da vida de cada sujeito e das condições sócio-histórica que envolve a sociedade, já que o/ a assistente social segundo Yamamoto (1998, p. 69), é um trabalho especializado, “expresso sob a forma de serviço, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideo-cultural do indivíduo social”

Franco (2012) destaca que para compreender e problematizar o/a assistente social no campo da educação, é necessário entender e refletir a “prática social no cotidiano, sua atuação nos efeitos dos problemas sociais” (p. 57), pois a finalidade do trabalho desta categoria está intrinsecamente pautado com a operacionalização das políticas sociais.

Em discussão a esse desafio Almeida (2000) discorre relatando que o campo da educação para o/a assistente social reserva para a sua atuação novas estruturas que este profissional tem a necessidade de estar muito bem preparado para ocupar um espaço nessa

política, já que com o a “posição estratégica que a educação passou a ocupar no contexto do Brasil a dinâmica da globalização e o movimento interno da categoria” (p. 20), exige um profissional capacitado para desenvolver suas atribuições nesse campo de atuação.

Nesse sentido, cabe ao assistente social um “comprometimento com as classes desprovidas de direitos sociais” (FRANCO, 2012, p. 57) além de fazer uma leitura minuciosa, reflexiva e crítica, quantos a fatores e possibilidades que poderão contribuir para a melhoria e ampliação da política de educação, com perspectiva de emancipação social e de garantir os direitos de cidadania.

Segundo Marcela Mary Silva (2012) a função educativa, pedagógica do Serviço Social contribui para consolidação dos direitos sociais, cuja valores são a democracia, a cidadania, a participação e a autonomia, e a sua inserção na educação é uma necessidade de consolidar o seu Projeto Ético-Político Profissional. Além disso, pelas vias dos espaços educacionais, poderá exercer sua função ao formar a comunidade escolar no direcionamento da condição de sujeitos sociais de direitos, numa ação multidisciplinar com diversos atores sociais, pelos sujeitos que já dão vida a esses espaços, como professores, funcionários, gestores, estudantes, e seus familiares, bem como os demais membros em que esses espaços se localizam.

Entretanto, pensar na função do assistente social no âmbito da educação básica, requer um olhar para a sua formação profissional em tempos de capital fetiche, tal qual denomina Iamamoto (2008), o que requer inscrever todo complexo de singularidades que envolve o processo de produção e reprodução do ser social nos marcos da sociedade contemporânea, no exercício de desmistificar, decifrar e reconstruir valores, concepções materializadas no sujeitos, especificamente neste estudo aqueles em formação acadêmica a nível de graduação.

Diante destes aspectos, cabe acrescentar que a expansão de instituições de ensino superior privado, associado ao ensino a distância, fruto do modo capitalista de produção existente na sociedade contemporânea, tem intensificado o crescimento de vagas e cursos em um reduzido espaço de tempo, o que significa a requisição desqualifica de assistentes sociais para compor o corpo docente, implicando na apreensão dos pressupostos teóricos. A esse respeito Guelli (2012) afirma que não importa quantos anos de conclusão da graduação, ou quantos títulos de pós graduação são necessários para qualificação docente, mas, quais os meios e insumos do qual dispõe para o exercício da docência enquanto defesa da educação de qualidade para todos (GUELLI, 2012).

No caso do exercício da docência em Serviço Social e a implementação de cursos, significa dominar os pressupostos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnicos operacionais inerentes a profissão, além de apreensão de processos históricos que se deu a elaboração das Diretrizes Gerais para o curso, já que este é o documento norteador de toda formação profissional em nível de graduação construído coletivamente pela categoria (GUELLI, 2012).

Nesse sentido, a fundamentação atual das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço social foi concluída pela comissão de especialistas em ensino de Serviço Social no ano de 1999, a qual foi requisitada pela comissão de especialistas do Ensino Superior da Secretária de Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto, sendo apresentada para apreciação de relatores do Ministério que resultou no Parecer CNE 492/2001 aprovada em abril de 2001, e publicada por meio da resolução 15, de 13 de março de 2002 (DANTAS, 2012).

Este Parecer, no entanto, apresentou preocupantes alterações na proposta apresentada pela comissão, as quais afetam especialmente a fundamentação teórica da formação profissional. Com relação a esta questão Iamamoto (2008, p. 444) afirma que “as Diretrizes Curriculares vigentes não expressam integralmente o projeto de formação profissional da ABEPSS” e com isso impregna na formação em Serviço Social a lógica do projeto neoliberal, ou seja, a de uma “formação profissional em nível superior de caráter tecnicista para resolutividade imediatista” (GUELLI, 2013, p. 45).

Em sua pesquisa Guelli (2012) destaca que consta na proposta da Comissão de Especialistas da ABEPSS uma formação que enfatize a emergência de um profissional engajado nas lutas de classes subalternas no enfrentamento das refrações do modo de produção capitalista “utilizando por mecanismo de luta a implementação do direito por meio das políticas sociais nas instituições da superestrutura social” (GUELLI, 2013, p. 45). Em contrapartida o texto aprovado pelo Conselho Nacional da Educação (CNE), suprime exatamente o elemento da fundamentação crítica do texto original, atribuindo a formação Serviço Social ao legado do Estado de Direito Democrático e da “defesa de Direitos sob a ótica da lógica burguesa dos moldes neoliberais” (GUELLI, 2013, p. 45).

Esta descaracterização é para Iamamoto (2008, p.442) “condizente com os princípios liberais que vem presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica de mercado”, as quais estão sendo materializadas pela expansão das instituições privadas e transformando as universidades públicas em apenas organizações sociais e recebimento de subsídios de empresas para

realização de pesquisas e projetos de extensão, ao invés de fomentar a bandeira de defesa do ensino de qualidade em universidades públicas que gozem de autonomia científica e desenvolvam o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Entretanto, uma ferramenta para o serviço social extrapolar suas possibilidades de trabalho está no campo da pesquisa, uma vez que este fornece sustentação teórico metodológica para o exercício profissional, por isso a pesquisa tem que ser considerada como uma particularidade da profissão e como um elemento constitutivo e constituinte do trabalho do assistente social, já que é uma profissão interventiva a qual busca a transformação da realidade social, o que exige em contrapartida, uma formação com consistência teórica, sobretudo, nos campos da sociologia da educação, além da diversificação de teóricos que tratam da economia, de política, da educação de uma forma geral para que com isso, a práxis pedagógica do bacharel seja formulada com perspectiva de transformação do discente no seu sentido crítico reflexivo e ético na sua conduta profissional..

### **Considerações finais**

A formação profissional do assistente social para trabalhar no campo da educação escolar, demanda de alicerces teórico-metodológico que permita ao discente desencadear uma postura crítica, produzida por análises e perspectivas dos fenômenos universais manifestado nas singularidades do cotidiano, além de provocar este a transcender seu olhar crítico para o que está sendo imposto pelas diretrizes curriculares do seu curso de formação e para as correntes teóricas em que se apoia, buscando para tanto, ampliar o debate da formação profissional e trazer novas linhas teóricas para fortalecer a formação acadêmica, já que o trabalho do assistente social é afetado pelas transformações do processo de produção e reprodução da vida social.

### **Referência Bibliográfica**

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios.** In: I Encontro estadual de Serviço Social na área da educação, 2004, Belo Horizonte, Anais.

BULL, Thalita Giovanna. **Trajetória do Serviço Social escolar de Limeira: Construção de uma educação para além do capital – 2010.** Disponível em: <

[http://www.sapientia.pucsp.br//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=12350](http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12350) > Acesso em: 20/05/2015.

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural** – o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo. 2007.

COSTA, Kizzi Vecchio da. **Serviço Social e Formação Política: Evidências do debate atual**

DANTAS, Maria Conceição Borges. **A prática pedagógica do assistente social docente: contradições e possibilidades.** Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17607/1/Maria%20Conceicao%20Borges%20Dantas.pdf>> Acesso em: Setembro de 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço Social.** – 10. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011

FONTANA, Maria Inês. **A pesquisa em Serviço Social: A vinculação da investigação e da intervenção na prática profissional do assistente Social.** Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/18034/1/Maria%20Ines%20Fontana.pdf>> Acesso em: Setembro de 2016.

FRANCO. Maria Asenate Conceição. **Serviço Social na Educação: Breves \considerações sobre a implantação do PAISE no Instituto Federal Baiano – Campus Santa Inês – Ba.** In: *Servi Social na educação: Teoria e prática / Organização Marcela Mary José da Silva; Ney Liz Teixeira de Almeida.* – Campinas, SP: Papel Social, 2012.

GUELLI, Cristina Fernanda Favero. **As Diretrizes Curriculares: O verso e o anverso da formação profissional em Serviço Social.** Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012. Acesso em: <[http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98597/guelli\\_fcf\\_me\\_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98597/guelli_fcf_me_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em: Setembro de 2016.

IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: Elo para construção da cidadania** – 2007. Disponível em: <<http://www.sapientia.pucsp.br/>> Acesso em: 12/05/2015.

OLIVEIRA, Portela R. **Educação e cidadania: O direito a educação na Constituição de 1988.** 1995. Tese em educação – USP, São Paulo. 1995.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na Educação: Saberes e competências necessárias no fazer profissional** – 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br> > Acesso em: Agosto, 2015.